

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizadora)



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C262 O caráter sociopolítico e interventivo do serviço social /
Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta
Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-900-4

DOI 10.22533/at.ed.004211503

1. Serviço Social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa
(Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A coletânea “O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social” está organizada em três volumes, que trazem experiências profissionais interdisciplinares em equipes de distintas regiões do Brasil, sendo apresentadas abordagens de análise de artigos de Revisão, artigos decorrentes de pesquisa – documental, exploratória, entrevistas, bibliográfica – Relatos de Experiência, dentre outros.

No ano de 2010 o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS lançou o documento *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*, em 2021 uma década depois, reunimos nessa coletânea a complexidade de experiências profissionais permeadas do caráter sociopolítico e interventivo do Serviço Social que refletem concepções e escolhas do cotidiano profissional.

O primeiro volume apresenta 23 capítulos e está didaticamente dividido em três eixos temáticos: Política de Saúde no Brasil e contexto Neoliberal que apresenta dois artigos que colocam em discussão a análise do desfinanciamento e desmonte da política de saúde no contexto do neoliberalismo e os impactos para a política de Saúde, bem como os seus rebatimentos para os serviços de saúde.

O segundo eixo temático coloca em evidência, através de quinze artigos apresentados, a temática do Serviço Social na Política de Saúde com a atuação em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar em distintos espaços profissionais, na defesa da garantia de direitos, no contexto de parto humanizado, puerpério, transplante cardíaco, doações de órgãos, preparo para a alta qualificada, imigração, judicialização da saúde, população privada de liberdade, envelhecimento, saneamento e atuação frente à pandemia de Covid-19.

O terceiro eixo temático traz a discussão do Serviço Social na Saúde Mental através dos seis artigos, que tratam da sua inserção na Saúde Mental, os desafios contemporâneos, experiência em hospital psiquiátrico, pessoas em conflito com a lei e justiça terapêutica.

Dessa forma, convidamos o leitor a conhecer os artigos, partilhar saberes e experiências nesse processo de eterna descoberta que é a produção e socialização do conhecimento.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL NO CONTEXTO NEOLIBERAL

CAPÍTULO 1..... 1

ELEMENTOS PARA ANÁLISE DO DESFINANCIAMENTO DO SUS EM TEMER E NO PRIMEIRO ANO DO GOVERNO BOLSONARO

Carlos Antonio de Souza Moraes

Cristiane Medeiros dos Santos

Thaynara Moreira Botelho

DOI 10.22533/at.ed.0042115031

CAPÍTULO 2..... 12

O DESMONTE DA POLÍTICA DE SAÚDE BRASILEIRA COM O DESDOBRAMENTO DA PRIVATIZAÇÃO NEOLIBERAL

Tamires Marinho Caldas

Nathália Maria de Oliveira Costa Silva

DOI 10.22533/at.ed.0042115032

SERVIÇO SOCIAL E POLITICA DE SAÚDE

CAPÍTULO 3..... 19

O ASSISTENTE SOCIAL E OS DIREITOS DA GESTANTE: UM OLHAR SOBRE O PARTO HUMANIZADO NO CONTEXTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Elizabete Dantas de Souza

Simone Regina Alves de Freitas Barros

Viviane de Araujo Melo

Ivanessa Lopes de Barros

Ryvane Chrystine Lopes de Barros

Polyana Magna Lima Dias

Pollyanna Santos de Oliveira Todt

DOI 10.22533/at.ed.0042115033

CAPÍTULO 4..... 32

O SERVIÇO SOCIAL E A SAÚDE DA MULHER NO PUERPÉRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO COM MÃES DE RECÉM-NASCIDOS INTERNADOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Ana Paula Chaves de Miranda

Paola Gomes Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.0042115034

CAPÍTULO 5..... 38

CENTRO DE TERAPIA INTENSIVA E SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO JUNTO À FAMÍLIA DO PACIENTE

Lena Lansttai Bevilaqua Menezes

Eli Fernanda Brandão Lopes

Francielly Anjolin Lescano

Tuany de Oliveira Pereira

Irlanda Pereira Vieira
Fernanda Maria Souza Juliano
Kátia Flavia Rocha

DOI 10.22533/at.ed.0042115035

CAPÍTULO 6..... 44

SERVIÇO SOCIAL E TRANSPLANTE CARDÍACO: OS DESAFIOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

Débora Silva de Freitas
Thayna Rani Oliveira Silva
Lilian de Oliveira Argôlo Vaz
Damares Cintia Santos
Solange Júlia Silva Steytler

DOI 10.22533/at.ed.0042115036

CAPÍTULO 7..... 57

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE FAMÍLIAS DE DOADORES DE ÓRGÃOS PARA TRANSPLANTES ATENDIDAS PELO SERVIÇO SOCIAL

Marli Elisa Nascimento Fernandes
Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin

DOI 10.22533/at.ed.0042115037

CAPÍTULO 8..... 70

A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO HOSPITAL REGIONAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS NO PROCESSO PARA A ALTA QUALIFICADA HOSPITALAR

Soraia da Silva Sousa
Jurema Aparecida Paulino
Magnolia Assis de Oliveira Theodoro
Janete Pereira Rafael da Silva
Dayse Prado de Camargo Lanes

DOI 10.22533/at.ed.0042115038

CAPÍTULO 9..... 80

PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS POSSIBILIDADES E DOS LIMITES DE SUA MATERIALIZAÇÃO NA UPA DR. ABDON GONCALVES (SÃO JOÃO DE MERITI – RJ)

Diego Augusto Rivas dos Santos
Michelle Trindade Pimentel
Sandy Falcão de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.0042115039

CAPÍTULO 10..... 88

REFLEXÕES ACERCA DA PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL EM UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andressa da Silva Rosa
Ana Maria de Oliveira Damasceno

DOI 10.22533/at.ed.00421150310

CAPÍTULO 11.....96

IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NO BRASIL UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL A SER ATENDIDA

Lena Lansttai Bevilaqua Menezes
Eli Fernanda Brandão Lopes
Rafael Alves Mata de Oliveira
Michele Terumi Yassuda
Juliana Galete
Edivania Anacleto Pinheiro Simões
Maria de Fátima Bregolato Rubira de Assis

DOI 10.22533/at.ed.00421150311

CAPÍTULO 12..... 103

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE: A JUDICIALIZAÇÃO E EFETIVIDADE DA ATENÇÃO INTEGRAL DA SAÚDE

Zilda Cristina dos Santos
Agnaldo de Sousa Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.00421150312

CAPÍTULO 13..... 111

POPULAÇÃO PRIVADA DE LIBERDADE: UMA ANÁLISE DO ACESSO A POLÍTICA DA SAÚDE

Nathália Pereira Paredes
Millena dos Santos Cardoso
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento
Rúbia Célis Pereira de Lima
Laianny Cordeiro Silva de Souza
Maria Gabriella Florencio Ferreira
Thayane de Vasconcelos Soares
Mayra Hellen Vieira de Andrade
Rafaela Leandro Pereira
Kíssia Wendy Silva de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.00421150313

CAPÍTULO 14..... 118

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE SAÚDE PELOS IDOSOS LONGEVOS NO MEIO RURAL: O CASO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO (MG)

Mariana de Paula Oliveira
Simone Caldas Tavares Mafra
Kátia de Lourdes Fraga
Luana Fernandes Silva Paes

DOI 10.22533/at.ed.00421150314

CAPÍTULO 15..... 125

A IMPLICABILIDADE DA FALTA DE SANEAMENTO BÁSICO NA QUALIDADE DE VIDA E NA SAÚDE DA MULHER

Andressa Caroline de Lima

Marli Renate von Borstel Roesler
DOI 10.22533/at.ed.00421150315

CAPÍTULO 16..... 133

OS IMPACTOS DA PANDEMIA PELO CORONAVÍRUS (SARSCOV-2) EM MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA VIDA SOCIAL E SEU O ENFRENTAMENTO NO BRASIL

Rebel Zambrano Machado
Priscilla da Silva Lunardelli

DOI 10.22533/at.ed.00421150316

CAPÍTULO 17..... 143

A EXPERIÊNCIA DO MONITORAMENTO DE SINAIS E SINTOMAS DA COVID19 NO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CHAPECÓ

Hilton de Souza Zeferino
Fabiane Ribeiro
Anderson Medeiros Sarte

DOI 10.22533/at.ed.00421150317

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

CAPÍTULO 18..... 156

POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL: DISCUTINDO OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Danila de Jesus
Laila Martins de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.00421150318

CAPÍTULO 19..... 167

SERVIÇO SOCIAL E A SUA INSERÇÃO NA SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
Raimunda Maria Vieira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.00421150319

CAPÍTULO 20..... 178

CIDADANIA E SAÚDE MENTAL: POTENCIALIZANDO A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Paulo Vitor Moreira da Silva
Patrícia da Silva Coutinho
Ednéia Alves de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.00421150320

CAPÍTULO 21..... 186

PROCESSO DE TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL E SUA INSERÇÃO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO PROFESSOR SEVERINO LOPES

Jadna Kelly da Silva
Maria Tereza de Oliveira
Elisângela Feitosa de Souza

DOI 10.22533/at.ed.00421150321

CAPÍTULO 22.....	198
ENTRE A SAÚDE E A JUSTIÇA: A REALIDADE DAS PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL EM CONFLITO COM A LEI NO ESTADO DO PARÁ	
Solange Silva Souza	
Laryssa Sayury Garcia	
Michelle Christina de Souza Matos	
Lilian Mendes Pereira Barros	
Brenda Luana Ribeiro Souza	
Iris Tarcila da Conceição Baia	
DOI 10.22533/at.ed.00421150322	
CAPÍTULO 23.....	208
A INTERFACE ENTRE JUSTIÇA CRIMINAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PROJETO JUSTIÇA TERAPÊUTICA EM PORTO VELHO / RO	
Ana Paula Baldez Santos	
Liliane Flores de Freitas Gonçalves	
Camila Sibely Ferreira Moura Macedo	
Alice Silva da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.00421150323	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	221
ÍNDICE REMISSIVO.....	222

CAPÍTULO 23

A INTERFACE ENTRE JUSTIÇA CRIMINAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: PROJETO JUSTIÇA TERAPÊUTICA EM PORTO VELHO / RO

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 08/12/2020

Ana Paula Baldez Santos

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS
Tribunal de Justiça do estado de Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/4008704711430643>

Liliane Flores de Freitas Gonçalves

Tribunal de Justiça do estado do Paraná
<http://lattes.cnpq.br/0454144609248726>

Camila Sibely Ferreira Moura Macedo

Faculdades Integradas Aparício Carvalho
FIMCA/RO
<http://lattes.cnpq.br/7307259833157897>

Alice Silva da Cunha

Faculdades Integradas Aparício Carvalho
FIMCA/RO
<http://lattes.cnpq.br/7733242373482155>

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar a interface da justiça criminal e a dependência química através do Projeto Justiça Terapêutica em Porto Velho/RO que se refere a medidas alternativas para pessoas que cometeram atos delitivos em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, sendo este um dos condicionantes para a inserção da criminalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental. Dependência Química. Justiça Terapêutica.

THE INTERFACE BETWEEN CRIMINAL JUSTICE AND CHEMICAL DEPENDENCE: THERAPEUTIC JUSTICE PROJECT IN PORTO VELHO / RO

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze the interface between criminal justice and chemical dependency through the Therapeutic Justice Project in Porto Velho / RO, which refers to alternative measures for people who have committed delinquent acts as a result of abusive use of alcohol and other drugs. this is one of the conditions for the insertion of criminality. In the results, the hypothesis was denied.

KEYWORDS: Mental health. Chemical dependency. Therapeutic Justice.

INTRODUÇÃO

A dependência química é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma doença biopsicossocial, com sintomas e características divergentes para cada indivíduo, considerando a droga e a quantidade usada, podendo chegar a uma lista de onze sintomas, com distúrbios patológicos que afetam a vida social, biológica e mental dos indivíduos. Pela Classificação Internacional de Doenças, elaborado pela OMS e utilizado pelo SUS, existem critérios para indicação de diagnósticos que servem para ajudar o profissional de saúde a classificar os problemas relacionados ao uso de substância, atualmente é o CID-10 com variações entre o F10 à F19 - Transtornos mentais e comportamentais devido

ao uso de substâncias psicoativas (SOARES *et al*, 2016).

No Brasil, a partir de 2003, com a criação da Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, a dependência e o uso abusivo de álcool e outras drogas é considerado um problema de saúde pública e como tal repercute de forma negativa em diversos âmbitos da vida social, desde os gastos com o tratamento de saúde até aqueles com repressão ao tráfico e aumento do número de vagas nos presídios.

Há interface com a justiça quando se refere ao cometimento de atos delitivos em decorrência do uso abusivo de drogas, sendo este um dos condicionantes para a inserção a criminalidade. Somente a partir de 1998, passa-se a ter outro olhar sobre o uso abusivo de drogas, até então as ações somente eram focadas na repressão ao tráfico de drogas ilícitas, sendo aplicada a mesma sanção ao usuário, ao traficante, bem como aqueles que cultivavam, sem distinção na aplicação da pena Com a Lei 11.343/2006 (SISNAD), passa-se a distinguir usuário de traficante e definir atividades em atenção a reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A Lei estabelece a aplicação de advertência, socio educação (comparecimento a programas educativos), prestação de serviços à comunidade e internações para tratamento de desintoxicação, para esses que não se classificam traficantes. Entretanto, ainda há muita polêmica social no que tange a considerar, ou não, o usuário como criminoso.

No que tange à Justiça Criminal, encontra-se em execução, há quase 20 anos em vários estados brasileiros, o Programa Justiça Terapêutica. A Justiça Terapêutica é uma medida jurídica adotada com foco no encaminhamento de infratores ao tratamento, ou seja, indivíduos que por ocorrência do uso abusivo de drogas cometeram contravenções penais, onde é aplicado a sanção de uma intervenção terapêutica através da rede de atenção à saúde mental como: CAP`S, comunidades terapêuticas, hospitais etc. O Poder Judiciário de Rondônia, desde 2015, através da equipe psicossocial da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, em parceria com a rede de atenção à saúde mental de Porto Velho, executa o Projeto Justiça Terapêutica com o objetivo de “viabilizar oportunidade de tratamento para pessoas em uso abusivo de drogas que tenham, por isso cometido atos delitivos.”

A pesquisa teve como hipótese indivíduos infratores que tem suas penas substituídas por tratamento de desintoxicação na rede de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas – CAPS ad e abandonam o tratamento por se perceberem discriminado pela equipe de atendimento. No entanto, o resultado negou a hipótese inicial adotada.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória, quali-quantitativa, com instrumentos documental, bibliográfica e de campo. Os participantes da pesquisa foram a equipe multidisciplinar do judiciário que encaminhou os apenados ao serviço de saúde CAPS ad, no período de

março/2016 a agosto/2017, durante a vigência da portaria que instituiu o projeto Justiça Terapêutica em Porto Velho, a equipe que os recebeu no CAPS ad e os apenados que tiveram mais de 50% de frequência nas atividades desenvolvidas no referido serviço de saúde. Os apenados participantes da pesquisa foram aqueles relacionados pela equipe multiprofissional da Vara de Penas e Medidas Alternativas, de ambos os sexos, maiores de 18 anos e residentes em Porto Velho. Os instrumentos utilizados foram: a escala de avaliação SATIS-BR, (Escala de Avaliação da Satisfação em Serviços de Saúde Mental), entrevista com a equipe multiprofissional da VEPEMA/TJRO e do CAPS ad e levantamento de dados sociodemográficos e permanência dos apenados no projeto Justiça Terapêutica. De acordo com a análise dos dados, a hipótese inicial foi negada na análise dos resultados da escala SATIS-BR, composta por perguntas objetivas, ou seja, optativas, porém a partir dos dados apresentados em resposta às perguntas abertas, composta na escala, percebeu-se que estes não se sentem estimulados pela equipe no que se refere a busca ativa constante, ou seja, aqueles que desistem, não são procurados pela equipe para darem continuidade ao tratamento, desse modo deve-se buscar uma articulação dos mecanismos sociais, culturais, econômicos, entre outros, que venham somar a este enfrentamento, possibilitando assim uma resposta estatal e social benéfica e eficaz.

MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL

Dos transtornos psíquicos tratados na Saúde Mental, o uso abusivo de SPA é um deles. A legislação que instituiu o atendimento a todos os indivíduos com transtornos psíquicos, a Política Nacional de Saúde Mental, acrescentou em seu dispositivo o reforço na criação de ambientes comunitários, interdisciplinares e de cuidado terapêutico de forma a garantir o serviço assistencial em saúde mental.

Um dos maiores marcos da reforma foi a criação do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O primeiro CAPS inaugurado no Brasil data de 1986, na cidade de São Paulo, fruto do movimento social citado anteriormente, onde se expandiu para vários outros estados e municípios do país, se tornando um dispositivo eficaz para a diminuição de internações.

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS) foi criado a partir da Portaria GM 224/92, entretanto a Portaria nº 336/GM de fevereiro de 2002, rege as normas atuais dos centros e integram a rede ao SUS, que atende pessoas que sofrem com transtornos mentais, onde oferece atendimento clínico e de reabilitação. De acordo com Schneider (2015), para a efetividade da atenção à saúde mental, a rede deve estabelecer interligação com outras instituições, associações cooperativas, centros culturais e esportivos para além do dispositivo de saúde. Para que esses espaços criem vínculos de produção de vida nos territórios dos usuários, articuladas de forma intersetorial com a rede educacional, de assistência social, cultura, segurança pública entre outros.

A Rede de Serviços e Atenção Psicossocial (RAPS) foi criada para atender as diversas necessidades do usuário, de forma plural, com acesso irrestrito ao SUS. Essa rede é composta pelos seguintes serviços: CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), em suas diferentes modalidades; Serviço Residencial Terapêutico (SRT); Unidade de Acolhimento (adultos e infanto-juvenil); Enfermarias Especializadas em Hospital Geral; Hospital Psiquiátrico; Hospital-Dia; Atenção Básica; Urgência e Emergência; Comunidades Terapêuticas; Ambulatório Multiprofissional de Saúde Mental.

A POLÍTICA DE DROGA NO BRASIL E O SISTEMA DE JUSTIÇA

Somente a partir de 1998, passa-se a ter outro olhar sobre o uso abusivo de drogas e a dependência química, até então as ações somente eram focadas na repressão ao tráfico de drogas ilícitas, sendo aplicada a mesma sanção ao usuário e ao traficante, bem como aqueles que cultivavam plantas destinadas a preparação de pequenas quantidades para o consumo próprio, sem distinção na aplicação da pena. O I Fórum Nacional Antidrogas, “foi o primeiro passo para a criação da Política Nacional Antidrogas (PNAD), que apenas foi instituída em 2002, através do Decreto nº4.345 de 26 de agosto de 2002” (FONSÊCA, 2017, p.124-125).

Como instrumento de execução da Lei de Drogas, é instituído Sistema Nacional de Política Pública Sobre Droga (SISNAD), que tem por finalidade articular e integrar atividades sistemáticas, transdisciplinar, consagrando a responsabilidade compartilhada, abrangendo todas as dimensões relacionais dos indivíduos que se encontram em tratamento terapêutico. Assim sendo, o SISNAD preceitua medidas para prevenção do uso indevido, a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, adotada no tocante à situação da saúde pública.

Após ser reconhecida a dependência química como um problema de saúde mental, ocasiona-se uma mudança de paradigma entre a justiça criminal e a política de saúde mental, sendo implementado nos Tribunais do Brasil um conjunto de medidas e ações que possibilitem aos usuários e dependentes de drogas a compreenderem e refletirem sobre as suas realidades, na perspectiva de efetivar sua reinserção social.

Em 2006, o provimento nº 04/2010 da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, definiu medidas com vistas à eficácia e ao desempenho do judiciário na implantação de atividades em atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, nos termos do art.28, § 7º da lei 11.343/2006. O sistema de justiça passa então a julgar e punir traficante e usuário de forma diferenciada, ou seja,

USUÁRIO: Não poderá ser preso em flagrante, como acontecia antes, e sua pena é alternativa: advertência, prestação de serviços à comunidade ou medidas educativas, o intuito é mudar essas pessoas do âmbito penal para o âmbito da saúde pública. O usuário deve assinar um termo, uma espécie de boletim de ocorrência para crimes de menor gravidade, diante de um juiz ou,

na falta deste, na frente da autoridade policial no local da abordagem.

TRAFICANTE: é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos. Importar, exportar e guardar drogas e cultivar matéria-prima para o tráfico causam a mesma, as ordens anteriores à Lei de Drogas, como a Constituição e a Lei de Crimes Hediondos, determinam que os condenados por tráfico não devem ser favorecidos com a extinção de suas penas anistia, graça ou indulto (BARBOSA, 2017, p.20).

Com essas determinações legais, anula-se a pena de prisão em flagrante aos usuários de drogas e aplicam-se medidas educativas, como: advertência sobre os efeitos da droga, prestação de serviços à comunidade e participação em programas ou cursos educativos.

JUSTIÇA TERAPÊUTICA: BRASIL E PORTO VELHO

Partindo do termo Justiça Terapêutica, faz-se necessário entender o sentido epistemológico das palavras, “Justiça” conceito que engloba aspectos dos direitos legais e sociais enquanto “Terapêutica” é relativo as ciências médicas, definida em tratamento e reabilitação em uma situação patológica, consagrando assim direitos, ou seja, a inter-relação entre saúde e os direitos dos cidadãos na busca da resolução de conflitos com a lei associados ao uso, abuso e a dependência de substâncias psicoativas (BACELLAR, 2011)

Para tanto, a Justiça Terapêutica busca evitar os danos sociais e a reincidência criminal, preocupando-se em tratar a raiz do problema. A legislação atual possibilita esta nova forma de trabalho com infratores usuários de drogas, oportunizando um tratamento terapêutico especializado. Assim, conseqüentemente contribuirá para a redução do superencarceramento, diminuição dos casos de reincidências e a redução dos custos sócio financeiros, sendo o encarceramento muito mais oneroso para o infrator, para sociedade e para o Estado. (SILVA¹; QUEROZ²; QUEIROZ³; BARBOSA, 2009)

O público alvo desta intervenção são pessoas que tenham cometido infrações penais de menor potencial ofensivo como crimes de trânsito, furtos entre outros, sob o efeito de álcool e outras drogas. Esses por sua vez, devem ser acompanhadas pelas equipes multiprofissionais das varas especializadas e pela equipe de saúde da rede de atendimento a usuários de álcool e outras drogas, composta por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos entre outros profissionais que elaboram relatórios, avaliações para o juiz da situação (VERGARA, 2011).

Para tanto, a inclusão no programa Justiça Terapêutica é menos danoso do que um processo criminal ou uma pena de privação de liberdade, considerando que o programa possibilita a redução de danos individuais e sociais. Faz-se necessário a execução dessas medidas específicas, pelo aumento do uso de substâncias estarem cada vez mais atreladas à violência e à criminalidade, tornando-se uma problemática complexa.

No Brasil, a Justiça Terapêutica começou a ser propagar nos anos de 1990 no Rio

Grande do Sul, inicialmente pelos operadores do Direito, seguido dos trabalhadores sociais e especialistas das mais diversas áreas, posteriormente implementado no Rio de Janeiro, Pernambuco e no Distrito Federal nos juizados da infância e da juventude, “uma mudança de paradigma em relação a aplicação de penas a estes sujeitos, ou seja, a interface das ciências jurídicas com outras ciências (VERGARA, 2011, p. 174).”

No Brasil, sob a visão do programa Justiça Terapêutica, a inclusão do indivíduo infrator ao tratamento de desintoxicação não é obrigatória, podendo o mesmo optar em responder o processo criminal ou submeter-se ao tratamento, este último viabiliza o processo ressocializador como preconizam as legislações. (TRINDADE, 2009).

As principais críticas tecidas à Justiça Terapêutica no Brasil, se dão justamente por conta da concepção que o uso abusivo de drogas está ligado a um problema moral, ou seja, culpabilizando o sujeito, dissociando-os da doença “dependência química”, objetivando apenas a questão pessoal, como se usuário ou dependente de drogas ao cometer delitos tivesse total escolha (FERREIRA, 2005)

Já Fensterseifer (2009) afirma que, os defensores dessa vertente sustentam a implantação de políticas de cunho social, as quais desconstruem a estrutura classista exigida pelo capitalismo e estimulam o desenvolvimento da social democratização, como a abordagem mais adequada ao comportamento tido como desviante.

Os magistrados que atuam em consonância com a vertente defensora da aplicação do Justiça Terapêutica, reconhecem a existência de uma enfermidade biopsicossocial que acomete essa clientela, necessitando assim se adaptarem a esse novo enfoque (LIMA, 2009).

Em Porto Velho, “O Projeto Justiça Terapêutica” iniciou-se em 2015, executado pelo Poder Judiciário do Estado de Rondônia, na comarca de Porto Velho, pela a Vara de Execução de Pena e Medidas Alternativas – VEPEMA, norteadas pela Portaria Conjunta n 03, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre as normas de inclusão dos prestadores participantes ao Projeto Piloto Justiça Terapêutica, visando a democratização e o acesso a cidadania. Sendo essa política criminal adotada pelo juiz no tocante à grave situação de saúde pública, envolvendo a reincidência criminal, como uma forma de enfrentamento à violência relacionada ao uso abusivo de drogas (TJRO, 2015) e atendendo ao disposto na Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas (SISNAD), e prevê no parágrafo sétimo, do artigo 28 que: “O juiz determinará ao Poder Público que coloque à disposição do infrator, gratuitamente, estabelecimento de saúde, preferencialmente ambulatorial, para tratamento especializado (BRASIL, 2006).”

Segundo Relatório do Núcleo Psicossocial (2010), uma das problemáticas levantadas pela VEP/VEPEMA-TJ/RO, foi a dificuldade de encaminhar e manter prestadores para o cumprimento das alternativas penais nas instituições cadastradas, bem como a existência de uma restrição a inclusão de prestadores que fossem drogaditos, assim como a falta de instituições cadastradas com capacidade técnica em receber este público. Diante do

exposto surgiu a necessidade de cadastrar instituições localizadas em Porto Velho que atendessem esse perfil psicossocial.

O atendimento no Projeto Justiça Terapêutica se dar por pedido do próprio apenado durante a audiência admonitória ou de justificação, ou através Advogado/Defensor Público/família. Caso o apenado (prestador de serviços ou em Sursis) preencha os requisitos suficientes de inclusão no projeto o Juiz do Ministério Público/RO, é encaminhado ao Núcleo Psicossocial da VEPEMA, onde a equipe realiza um estudo psicossocial. A equipe se utiliza dos seguintes instrumentos: ASSIST (Teste para Identificação de Problemas Relacionados ao Uso de Álcool e Substâncias Psicoativas), para averiguação do estágio da dependência química, entrevista motivacional e levantamento sociodemográfico.

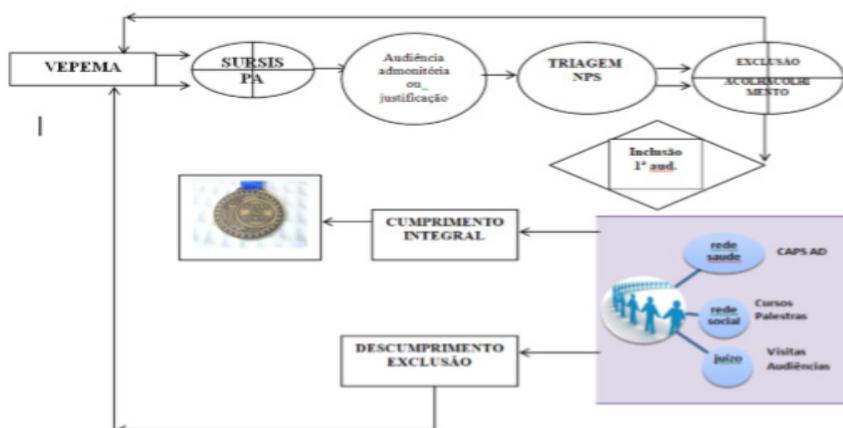


Figura - 3 Fluxo de encaminhamento

Fonte: Projeto Piloto Justiça Terapêutica - NUPS/VEPEMA/RO/2016.

Periodicamente são realizadas reuniões e eventos com a rede de apoio municipal na execução deste Projeto, a fim de articular e elaborar estratégias que melhor respondam a esse enfrentamento, possibilitando a redução da reincidência criminal associada ao uso de droga, na perspectiva de viabilização da reinserção social.

Nos casos de interrupção ao tratamento, são dadas duas oportunidades para o paciente uma vez que o projeto considera a recaída como parte do tratamento. Realiza-se busca ativa aos beneficiários, a fim de estimulá-los na continuidade do tratamento, bem como a informação ao magistrado e as autoridades competentes da interrupção e/ou dificuldades apresentadas por estes na execução do tratamento.

Todas as informações acerca da execução das atividades realizadas pelo paciente devem ser encaminhadas para a VEPEMA, pelas entidades que ministram o tratamento aos

encaminhados, para serem anexados no processo do paciente como demonstração da evolução deste, bem como para a remissão da pena, considerando que a frequência nas atividades estipuladas no PTS é quantificada em detrimento do deferimento penal.

A captação de vagas na rede de atendimento se dá partir do momento em que os beneficiários começam a participar das capacitações e a entender a proposta do projeto, assim iniciam-se as tratativas através de reuniões com a equipe do CAPS Ad, quanto ao acompanhamento ao tratamento por parte da VEPEMA realiza-se através de entrevistas agendadas e visitas técnicas institucional e/ou residência, bem como atendimentos psicológicos nas dependências da VEPEMA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A abordagem da pesquisa foi com triangulação de dados, contemplando uma investigação quali-quantitativa, com intenção de avaliação de um serviço de saúde na temática de álcool e outras drogas na interface com o sistema da Justiça Criminal, a partir do Projeto Justiça Terapêutica de Porto Velho. O desenvolvimento da pesquisa envolveu os seguintes participantes: equipe multiprofissional da Justiça que encaminhou os apenados aos serviços de saúde de mental, no período de março/2016 a agosto/2017, bem como a equipe que os recebeu no CAPS ad (um Assistente Social, uma Psicóloga, um Enfermeiro e um Médico Clínico Geral) e aqueles pacientes relacionados pela equipe multiprofissional do NUPS/VEPEMA que tiveram mais de 50% de frequências nas atividades desenvolvidas nos serviços, de ambos os sexos, maiores de 18 anos e residentes em Porto Velho .

Para a amostra de participantes encaminhados pela Justiça composta por 5 (cinco) pacientes, aplicou-se uma escala de avaliação SATIS-BR (Escala de Avaliação da Satisfação em Serviços de Saúde Mental), elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como instrumento de avaliação, que visa aferir os serviços de saúde mental, escala esta elaborada para avaliação de satisfação dos três agentes envolvidos nos serviços – pacientes, familiares e profissionais –, assim como a sobrecarga sentida pelos profissionais e familiares. Nesta pesquisa utilizou-se especificamente a que coleta a satisfação dos pacientes dos serviços.

Para a análise dos dados coletados foi utilizado a técnica de Análise de Conteúdo de Lawrence Bardin (2009), considerando a necessidade de ultrapassar as incertezas consequentes das hipóteses e pressupostos, pela necessidade de enriquecimento da leitura por meio da compreensão das significações e pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas.

Os dados sociodemográficos dos encaminhados para o tratamento no CAPS ad, considerando os critérios de inclusão na pesquisa foi composta por 5 (cinco) participantes, sua composição foi de 20% do Gênero Feminino e os outros 80% do Gênero Masculino. Os mesmos se declararam 20% preto, 20% branco e outros 60% consideraram-se pardos.

Perante a apresentação das estratégias da execução do Projeto Justiça terapêutica, que foram externadas de forma equânimes pelos profissionais, estas mostram-se como “uma mudança de paradigma em relação a aplicação de penas a estes sujeitos, ou seja, a interface das ciências jurídicas com outras ciências (VERGARA, 2011, p. 174)”. Neste prisma a adesão a novas alternativas penais, em observância a particularidade do infrator, propiciam a possibilidade de elaborar respostas concretas.

Ao indagarmos como se estabelece a relação da equipe do CAPS ad com a Justiça diante dos pacientes encaminhados pelo Núcleo Psicossocial da VEPEMA/TJRO, obtivemos as seguintes respostas: 50% dos profissionais relatou a relação de receptividade e a articulação entre os órgãos; 25% reconhece a resistência dos atendimentos nos serviços aos dependentes químicos encaminhados pela Justiça e os outros 25% não reconhecimento da relevância da prestação destes serviços a essa clientela.

Diante dos relatos apresentados pelo profissional da existência da rotulação e do preconceito produzido na sociedade perante aos pacientes que são dependentes químicos estes acarretam a resistência dos serviços, por esse prisma o uso de álcool e outras drogas acabou propagando uma cultura que associa à criminalidade, tendo como consequência inúmeras implicações, sendo elas sociais, psicológicas, econômicas e políticas.

Referente a maneira que os apenados se sentiram tratados em termos de respeito e dignidade perante a oferta dos serviços de saúde, de acordo com a escala SATIS-BR, 80% responderam sempre nos serviços prestado pelo o CAPS ad se sentirem respeitados e outros 20% disseram geralmente se sentirem respeitado. Alcançando este item média = 4,8 a partir da soma de todos os valores respondidos pela amostra.

De acordo com o grau de avaliação dos encaminhados referente a pessoa que os admitiu ao tratamento, este mostrou-se ouvinte a sua problemática e suas necessidades, responderam 80% destes quase sentiram ouvidas o bastante e outros 20% sentiu-se muito ouvida pela pessoa que o admitiu. A média deste item = 4,2 diante da soma total da amostra. Como eles classificaram a acolhida dos profissionais do CAPS ad responderam 20% amigável e 80% muito amigável, soma da média = 4,4.

Ao conforto e a aparência da unidade de saúde CAPS ad do Município de Porto Velho, 20 % dos respondentes da pesquisa afirmaram estarem satisfeitos e outros 80% score 5 estarem muito satisfeito. Estes classificaram as condições gerais como (Banheiro, cozinha, refeições, prédio, etc.) da unidade com score = 4 ser boas, quantificando 80% e os outros 20%excelentes.

Em relação ao ambiente físico, a política nacional de humanização relata que deva ser acolhedor, possuir tecnologias e outros componentes estéticos ou sensíveis ao olhar, alfado e audição, por exemplo, a luminosidade, os ruídos, a temperatura etc. Para melhor comodidade e prestação dos serviços (BRASIL,2004).

A partir dos dados levantados quanto ao percentual de permanência dos apenados no projeto Justiça Terapêutica, observou o seguinte resultado 40% destes permaneceram

acima de 50% das atividades desenvolvidas no tratamento do CAPS ad e 40% frequentaram 80% do tratamento e outros 20% concluíram.

CONSIDERAÇÕES

A partir das experiências apresentadas na pesquisa em outros estados como Pernambuco e Goiás, as medidas adotadas no programa JT são implementadas de forma articulada na perspectiva intersetorial, com a rede de serviços consistente, mostrando-se um paradigma de enfrentamento eficaz, na resolução de conflitos com a Lei associado ao uso de álcool e outras drogas, atingindo a raiz do problema.

Partido dessa análise, percebeu-se que a rede local de Porto Velho não atende os objetivos do programa, uma vez que precisa adaptar-se a execução intersetorial que visa o sujeito em sua totalidade e singularidade, e a sua inserção em todas as políticas sociais para que venha reintegrá-lo em um todo.

Os resultados da pesquisa revelaram que essa interface entre a Justiça Criminal e a Política de Saúde Mental em Porto Velho-RO, ainda não se dar neste viés de intersectorialidade e integralidade, não havendo articulação com a rede social, ou seja, os encaminhamentos aos serviços profissionalizantes, educacionais entre outros, não pode ser observado, tendo em vista que estes possibilitam a reintegração na sociedade.

Mediante a análise dos resultados da escala SATIS – BR, foi possível observar algumas dificuldades e possibilidades vivenciadas pelos pacientes, respectivamente a entrega da medicação, o tempo de espera, curto espaço destinado aos grupos e a não busca ativa dos faltosos. É sabido que a pessoa acometida por esta patologia está sujeita a recaídas, necessitando de estímulos cotidianamente. Portanto é possível inferir que existem vários fatores envolvidos nesse processo que influenciam o desenvolvimento da dependência de drogas, tais como fatores: ambientais, comportamentais (personalidade) e genéticos.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal; MASSA, Adriana Accioly Gomes. **Integração de competências no desempenho de atividades judiciário com usuários e dependentes de drogas**/ organização de Paulina do Carmo A. Vieira e Arthur Guerra de Andrade Brasília: Ministério da Justiça, Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011.

BANDEIRA, M. e Silva, M.A. (2012). **Escala de satisfação dos pacientes com os serviços de saúde mental (SATIS-BR): estudo de validação**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 61(3): 124-132.

BARBOSA, R. **“Lei de Drogas: A distinção entre usuário e traficante, o impacto nas prisões e o debate no país**.” 2017. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/explicado/2017/01/14/Lei-de-Drogas-a-distincao-A7%C3%A3o-entre-usu%C3%A1rio-e-trafficante-o-impacto-nas-pris%C3%B5es-e-o-debate-no-pa%C3%ADs>. Acesso em 16/10/2018.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Realidade do Sistema Carcerário Brasileiro. **CPI– sistema carcerário brasileiro** [recurso eletrônico]: relatório final Edições Câmara, 2017. – (Série comissões em ação ; n. 57 PDF) Disponível em: www.livraria.camara.leg.br. Acesso em 15 de janeiro de 2018, às 10:30.

_____. 2017. **Justiça Terapêutica goiana recupera réus dependentes de drogas**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84646-justica-terapeutica-goiana-recupera-reus-dependentes-de-drogas>. Acesso em: 24 de outubro de 2018.

_____. LEI N.10.216, 6 DE ABRIL DE 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos, das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial[da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19, set,1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso: 12 de out, 2018.

_____. 11.343 /2006. Sistema Nacional de Políticas públicas Sobre Drogas. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11.343.htm. Acesso em: 12 de setembro de 2018.

_____. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional sobre Drogas. **Efeitos de substâncias psicoativas: módulo 2**. – 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. (SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento / coordenação. Maria Lucia Oliveira de Souza Formigoni) Disponível em: https://www.supera.org.br/wp-content/uploads/2016/03/SUP7_Mod2.pdf. Acesso em: 11/11/2018.

_____. Ministério da Saúde. **HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS**. Brasília, 2004. Disponível em: www.crpsp.org.br. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Política de Atenção Integral a usuários de álcool e outras drogas. Brasília. DF. Ministério da Saúde. 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**. Clínica ampliada, Equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2.ª edição. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas**. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2018

_____. Ministério da Saúde. **Portaria 336/ 2002. Gabinete. Ministério da Saúde**. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

_____. SENAD. CRITÉRIOS DIAGNÓSTICOS: **CID-10 E DSM**. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201704/20170424-094920-001.pdf>. Acesso em: 06/11/2018. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 04/2010. Define medidas com vistas à eficácia e ao bom desempenho da atividade judiciária na implantação das atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas**, nos termos do artigo 28, §7º, da Lei nº 11.343/2006, e dá outras providências. Disponível em: www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1306. Acesso em: 10 de março.2018.

DIEHL, Alessandra. **DEPENDÊNCIA QUÍMICA: prevenção, tratamento e políticas públicas/ et al.].** - Porto Alegre: Artmed, 2011.

FENSTERSEIFER, Daniel Pulcherio. **Justiça terapêutica e drug treatment courts: perspectivas de uma contextualização do sistema canadense ao brasileiro sob alguns aspectos funcionais e criminológicos.** / Daniel Pulcherio Fensterseifer. – Porto Alegre, 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais, PUCRS. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/1829/1/000421793-Texto%2bParcial-0.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2018.

FERREIRA Pedro Luciano Evangelista **“JUSTIÇA TERAPÊUTICA” E O CONTEÚDO IDEOLÓGICO DACRIMINALIZAÇÃO DO USO DE DROGAS NO BRASIL.** Paraná 2005 Disponível em: egov.ufsc.br/sites/default/files/anexo32563-39701-1-PB.pdf. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

FONSÊCA, Alexandre Barbosa da. **Justiça Terapêutica: Uma nova Medida de Combate às Drogas.** Revista da ESMAL / Alagoas-AL / ano 2017 / n.º 6 / Novembro 2017 / ISSN 1678-0450

LIMA, Flavio Augusto Fontes de Tese de doutorado: **Justiça terapêutica em busca de um no paradigma.** Universidade São Paulo, 2009. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-09062011-142923/pt-br.php. Acesso em 10 de maio.2018, às 09:00

NÚCLEO PSICOSSOCIAL VEPEMA/TJ/RO. **Relatório de Acompanhamento da Execução do Projeto Justiça Terapêutica.** Disponível em: NUPS/VEPEMA. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

OLIVEIRA, Alice G. Bottaro. **Saúde Mental da Família: Subsídios para o trabalho assistencial/** Alice G. Bottaro Oliveira, Marcos A. Moura Vieira, Socorro de Maria R. Andrade. – São Paulo: Olho d' água, 2006. 72 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação de transtornos Mentais e Comportamento CID10.** Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1993.

_____. **Transtorno devido ao uso de Substâncias (orgs): Relatório sobre a Saúde Mental no Mundo: Saúde Mental: Nova Conceção, Nova Esperança.** Brasília: Gráfica Brasil, 1981.

RELATÓRIO SOBRE A SAÚDE NO MUNDO, 2001: **Saúde Mental, nova concepção, nova esperança.** Genebra, 2001. Disponível em: <https://www.dgs.pt/.../relatorio-mundial-da-saude-2001--saude-mental-nova-concepção...> Acesso em: 30 de agosto de 2018.

RIBEIRO et al. **Reforma psiquiátrica e atenção primária à saúde: o processo de implantação do sistema municipal de saúde mental de Juiz de Fora-MG.** Revista APS, v.6, n.1, p.19-29, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/Gerencia.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

RIBEIRO, Marcelo; LARANJEIRA, Ronaldo (Org.). **O tratamento do usuário de crack.** 2ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2012.

SILVA¹, Luciana Castro Roque; QUEROZ², Meire Cristina; QUEIROZ³, Simone Martin; BARBOSA; Telma Vieira de Paula. **JUSTIÇA TERAPÊUTICA, Direito e Sociedade,** ano 9, nº1 ISSN 1518 9783 – Rio de Janeiro, dezembro de 2009. Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS.

SCHNEIDER, Daniele Ribeiro. **Da saúde mental à atenção psicossocial**: trajetórias da prevenção e da promoção de saúde. In Murta, S. G., Leandro-França, C., Santos, K. B. & Polejack, L. (Org.). *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção*. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2015.

SOARES, J.; VARGAS, D.; FORMIGONI, M. L. O. S. Atitudes e conhecimentos de enfermeiros frente ao álcool e problemas associados: impacto de uma intervenção educativa. *Rev Esc Enferm USP*. São Paulo, v. 47, n. 5, p. 1172-9, 2013.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. Portaria Conjunta n 03, de 06 de julho de 2015. **As normas de inclusão dos prestadores participantes do Projeto Piloto Justiça Terapêutica**, Disponível em: www.tjro.jus.br. Acesso em: 13 de abril.2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA. **Projeto Piloto Justiça Terapêutica**. Núcleo Psicossocial – VEPEMA/RO, 2012. Disponível em: VEPEMA/TJ/RO.

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica. 2ª Ed. **Revista ampliada**, 2007. Porto Alegre, RS. Manual De psicologia Jurídica para Operadores do Direito. 3ª Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2009.

VERGARA, Alcides José Sanches: **Justiça Terapêutica, Drogas e Controle Social**. VI Jornada de Psicologia, Unisc - Santa Cruz do Sul. 2011. Disponível em: www.unisc.br/anais/jornadapesquisapsicologia/2011/.../A12.pdf .Acesso em: 15 de maio.2018.

SOBRE A ORGANIZADORA

SORAYA ARAUJO UCHOA CAVALCANTI - Doutorado (2015) e Mestrado (2001) em Serviço Social pela UFPE, Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela UNB. Atua na Saúde Pública há duas décadas no Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhando Discentes e Residentes em Saúde. Coordena a Residência Multiprofissional na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde da Cidade do Recife, exercendo a docência em nível de Pós Graduação na modalidade de Residência nas disciplinas de Bioética, Promoção da Saúde, Política de Saúde e Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Em 2016 enquanto devolutiva do processo de doutorado implantou o Projeto de extensão Pode Respirar! Discutindo Promoção da Saúde no SUS (em vigência) na Universidade de Pernambuco – UPE, orientando discentes e Residentes na área de saúde na modalidade de extensão universitária, desenvolvendo atividades formativas – cursos, grupos de estudos, oficinas e outros – voltadas para a qualificação de recursos humanos e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população usuária do SUS.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alta qualificada 70, 71, 76, 78

Arranjos familiares 75

Assistente social 19, 20, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 55, 57, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 76, 78, 80, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 99, 101, 105, 106, 107, 108, 115, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 197, 215

C

Centro de terapia intensiva (CTI) 38, 39

Contrarreforma 2, 8, 9, 10, 16, 161

Coronavírus 133, 134, 135, 137, 141, 143, 144

Covid-19 16, 134, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155

Crise sanitária 133, 135, 139, 140

D

Dependência química 194, 195, 208, 211, 213, 214, 219

Desfinanciamento 1, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 15, 17

Determinantes sociais de saúde 60

Direito à saúde 4, 5, 27, 28, 58, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 114

Direitos humanos 28, 29, 97, 101, 117, 125, 126, 131, 134, 157, 160, 162, 164, 165, 166, 189, 199

Direito social 91, 109, 172, 188, 195

Doação de órgãos 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67, 68, 69

Doula 23

E

Envelhecimento 97, 101, 118, 119, 120, 124

Ética 28, 29, 32, 37, 40, 47, 49, 55, 56, 59, 60, 62, 65, 68, 79, 84, 87, 91, 92, 95, 99, 121, 138, 141, 165, 170, 176, 185, 188, 189, 190, 195

F

Família 21, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 50, 52, 54, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 74, 75, 78, 100, 102, 118, 119, 121, 123, 130, 162, 163, 164, 174, 175, 188, 189, 190, 193, 194, 201, 204, 205, 214, 219

I

Idoso 79, 84, 96, 120, 122, 123, 124

Imigração 96, 98, 100, 101

Isolamento social 134, 145, 149

J

Judicialização 94, 103, 104, 105, 108, 109

Justiça terapêutica 208, 209, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220

L

Longevos 118, 120, 121, 122, 123

Luta antimanicomial 6, 157, 159, 201, 206

M

Movimento de reconceituação 60, 170

Mulheres negras 129

N

Neoliberalismo 10, 12, 17, 114, 180

P

Pandemia 16, 58, 59, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 144, 149

Parto humanizado 19, 20, 24, 29

Pessoas com transtorno mental 168, 176, 198, 200, 206

Política de saúde 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 27, 30, 32, 42, 46, 52, 54, 55, 59, 68, 78, 84, 85, 89, 90, 91, 95, 103, 105, 111, 112, 115, 128, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 173, 174, 175, 179, 196, 201, 207, 211, 217, 218, 221

Política nacional de humanização (PNH) 73, 93

População privada de liberdade 111, 112, 113, 115

Postura crítica 49, 187, 191, 196

Precarização 3, 5, 8, 15, 63, 72, 81, 85, 116, 125, 162, 164

Prevenção 9, 20, 31, 58, 107, 115, 118, 121, 135, 137, 143, 145, 196, 202, 211, 219, 220

Projeto ético político 27, 46, 47, 59, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 165, 177

Q

Questão social 8, 10, 29, 37, 39, 41, 47, 55, 57, 59, 61, 66, 68, 71, 72, 76, 84, 85, 88, 92, 96, 100, 101, 102, 106, 129, 133, 136, 140, 167, 168, 169, 174, 175, 181, 206

R

Rede de atenção psicossocial (RAPS) 161, 162, 166

Reforma psiquiátrica 6, 16, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 173, 174, 175, 178, 179, 183, 184, 186, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 201, 206, 207, 218

Reinserção social 96, 101, 180, 184, 198, 199, 203, 205, 206, 209, 211, 214, 218

Relato de experiência 32, 33, 44, 78, 88, 96, 101, 178

Representações sociais 57, 61, 62, 63, 64, 66, 67

S

Saneamento básico 45, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 174

Saúde integral 20, 115

Serviço social 1, 4, 10, 17, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111, 125, 132, 154, 160, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 221

Sistema único de saúde (SUS) 2, 9, 17, 33, 58, 89, 91, 104, 112, 113, 128, 134, 157, 160, 165, 174, 199, 207

T

Trabalho interdisciplinar 42, 46, 89

Trabalho multidisciplinar 49, 88, 90, 91, 94

Transplante cardíaco 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56

V

Violência obstétrica 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



O Caráter Sociopolítico e Interventivo do Serviço Social

 **Atena**
Editora

Ano 2021